RELATÓRIO SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (PMRR)

PREFEITURA DE Tangará
Com trabalho, vamos ainda mais longe!

RELATÓRIO SOCIAL – PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (PMRR)

MUNICÍPIO DE TANGUÁ

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os levantamentos sociais e informações das ações desenvolvidas no âmbito do **PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos)**, com ênfase nas populações mais vulneráveis a desastres associados a eventos extremos, como chuvas intensas, alagamentos e deslizamentos de terra.

O **PMRR** tem uma relação direta com o aspecto social, alinhado ao objetivo central na redução da exposição de pessoas e comunidades a riscos ambientais, especialmente os citados acima. Esses eventos atingem, de forma desproporcional, populações em situação de maior vulnerabilidade social.

Aspectos socioeconômicos como renda, acesso a serviços básicos, educação e condições de moradia ajudam a identificar quem está mais exposto e menos preparado para lidar com riscos ambientais. O levantamento desses dados permite que o plano atue de maneira prioritária e estratégica, direcionando intervenções para onde elas são mais necessárias, garantindo equidade na redução de riscos.

A ocupação informal das áreas de risco, por muitas vezes, decorre de um processo de exclusão social, e traz pessoas que não têm outra opção de moradia. Entender as razões socioeconômicas dessa ocupação ajuda a planejar alternativas habitacionais viáveis.

Pessoas em situação de vulnerabilidade social geralmente assumem riscos maiores pois possuem menos recursos para prevenção, como reforçar a estrutura das moradias ou mudar-se para locais mais seguros. Por não terem opções de escolha de onde morar e acabam ocupando áreas de encostas, beiras de rios, terrenos instáveis etc.

A falta de acesso à informação muitas vezes contribui para essa exposição levando-os a estarem em situações de alto risco e com menor capacidade de resposta a desastres, agravando os impactos em suas vidas (perda de bens, interrupção do trabalho, dificuldades de acesso a ajuda).

Ao considerar os aspectos sociais, o plano pôde promover ações participativas, ouvindo as comunidades e envolvendo-as na construção de soluções, o que aumenta a efetividade e difusão das medidas.

Portanto, levantar os aspectos socioeconômicos no **PMRR** é essencial para que o plano seja não apenas técnico, mas também socialmente justo e efetivo. A vulnerabilidade social não é apenas uma condição individual, mas um fator de risco coletivo, e deve ser tratada com a mesma seriedade que os aspectos geológicos e ambientais. Reduzir riscos implica também reduzir desigualdades.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo dados estatísticos do IBGE pelo censo de 2022, a população de Tanguá foi estimada em **31.086 habitantes**, garantindo classificação de "Pequeno Porte II". No que se refere a incidência de pobreza no território, o Mapa de Pobreza e Desigualdade[1], aponta incidência de 68% no território, se consolidando como segundo município com maior incidência de pobreza, no estado do Rio de Janeiro.

O Índice de Gini é um dos principais indicadores utilizados para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda de uma população. Seu valor varia entre 0 e 1, sendo que o valor 0 representa a situação de igualdade absoluta (todos possuem a mesma renda) e o valor 1 indica desigualdade máxima (a renda está concentrada em apenas um indivíduo ou grupo). Desta forma, quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de renda, refletindo disparidades socioeconômicas que impactam diretamente nas condições de vida e no acesso a direitos básicos. O município de Tanguá tem índice de 0.39.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Tanguá possui índice de 0.654, encontrando-se na posição 89 do estado do Rio de Janeiro e na posição 3.079 do total de municípios do país.

De acordo com o Ministério da Cidadania, o município apontou 18.400 pessoas registradas, organizadas em 8.549 famílias.

No que se refere às pessoas cadastradas, observa-se que 10.792 indivíduos (59%) estão inseridos em famílias em situação de pobreza. Esse dado indica que mais da metade da população registrada enfrenta condições de vida marcadas por restrições materiais significativas. Além disso, 3.398 pessoas (18%) pertencem a famílias de baixa renda, enquanto 4.210 indivíduos (23%) se encontram em arranjos familiares com renda superior a meio salário mínimo per capita.

A análise em termos de famílias aponta que 8.549 famílias cadastradas, 4.943 (58%) estão classificadas como em situação de pobreza, configurando-se como o segmento majoritário. Outras 1.208 famílias (14%) pertencem ao estrato de baixa renda, e 2.398 (28%) se situam acima de meio salário mínimo per capita. 4.943 famílias (aproximadamente 10.792 pessoas) em situação pobreza, com renda per capita de 0 a 105,00 reais.

Esses percentuais revelam um quadro em que a pobreza constitui a condição predominante entre os cadastrados, tanto no nível familiar quanto individual.

Segundo o IMAPI (Índice de Materiais de Ações Públicas e Infraestrutura), em relação a indicadores sociais, entre crianças menores de 5 anos, 56,13% estão em situação de vulnerabilidade, o que destaca desafios significativos nos cuidados infantis. Quanto à infraestrutura, 67,2% das pessoas possuem abastecimento de água e 30,6% contam com esgotamento sanitário adequado.

[1] Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/36/30252;

Tanguá apresenta áreas com alto grau de vulnerabilidade socioambiental, especialmente em bairros localizados em margens de rios e zonas urbanas com infraestrutura precária de drenagem. A análise de sua construção social revela uma série de desafios e iniciativas que moldam a realidade da cidade em termos de desigualdade, participação cidadã e políticas públicas voltadas à inclusão.

Diante desse panorama, observa-se que o município reúne características que combinam limitações socioeconômicas, déficits de infraestrutura e fragilidades ambientais, configurando um quadro de alta vulnerabilidade social e territorial. Esses elementos, quando associados à desigualdade de renda, à pobreza persistente e às carências nos serviços básicos, reforçam a necessidade de políticas públicas integradas e planejadas de forma intersetorial, capazes de promover tanto a redução das vulnerabilidades quanto a ampliação da resiliência comunitária frente a riscos e desastres.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do relatório social no PMRR, a metodologia escolhida envolve um foi organizada em três dimensões complementares: **diagnóstico socioeconômico, mapeamento socioespacial de vulnerabilidades** e **participação comunitária**, com o objetivo de compreender as condições socioeconômicas da população, identificar vulnerabilidades e riscos sociais e recomendações para minimizar impactos de desastres ou eventos de risco e os problemas sociais.

2.1 Procedimentos adotados

O processo metodológico seguiu as seguintes fases:

1- Levantamento documental e estatístico	Coleta de informações secundárias em bases oficiais (IBGE, CadÚnico, Plano Municipal de Assistência Social, Defesa Civil e demais registros administrativos municipais).
2- Coleta de dados primários	Aplicação de instrumentos de escuta e observação direta, incluindo entrevistas semiestruturadas com famílias, visitas técnicas aos territórios de risco e realização de oficinas comunitárias.
3- Tratamento e análise dos dados	Sistematização das informações em planilhas e mapas, com categorização de indicadores socioeconômicos, ambientais e territoriais, possibilitando identificar perfis de vulnerabilidade.
4- Construção do diagnóstico social	Integração dos achados qualitativos e quantitativos, subsidiando a identificação das populações prioritárias e orientando a formulação de recomendações estratégicas.

2.2. Estratégias de análise

- **Análise socioeconômica –** identificação de perfis populacionais (faixa etária, renda, composição familiar, beneficiários de programas sociais, PCD, gestantes, idosos).
- **Análise socioespacial –** sobreposição de dados sociais ao mapeamento das áreas de risco, permitindo mensurar a exposição da população às ameaças ambientais.
- **Critérios de priorização –** utilização de matriz de vulnerabilidade socioassistencial (0 a 5 pontos), atribuindo pesos a grupos mais sensíveis, como crianças, idosos, mulheres chefes de família e PCD.
- **Abordagem participativa –** oficinas comunitárias com caráter educativo e de escuta, de modo a incorporar percepções locais e fortalecer a corresponsabilidade da população no PMRR.

2.3. Papel da equipe técnica

O trabalho foi conduzido de forma intersetorial, com protagonismo da Defesa Civil, com apoio da Secretaria de Assistência Social. O assistente social, neste contexto, atuou como mediador entre comunidade e poder público, garantindo que o diagnóstico refletisse tanto dados objetivos quanto narrativas comunitárias, trazendo uma perspectiva social e humana ao plano.

3. DIAGNÓSTICO SOCIAL

No âmbito do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), o diagnóstico social consiste na análise das condições de vida da população e na identificação de vulnerabilidades socioeconômicas, especialmente aquelas associadas à pobreza. A pobreza deve ser compreendida não apenas como a insuficiência de renda, mas também como a limitação de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e saneamento, fatores que aumentam a exposição a riscos e desastres.

Nesse contexto, os programas de transferência de renda desempenham papel relevante ao promover alívio imediato das carências financeiras; entretanto, sua capacidade de reduzir efetivamente a pobreza intergeracional é limitada quando não articulados com políticas públicas de educação, saúde e assistência social. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento de estratégias de implementação, o acompanhamento contínuo das famílias beneficiárias e o aprimoramento de programas complementares, de modo a promover inclusão social sustentável e ampliar a resiliência das comunidades frente aos riscos.

No âmbito das políticas públicas de assistência social, a PNAS – Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de organizar e articular serviços, programas, projetos e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, o Cadastro Único constitui ferramenta fundamental para a identificação das famílias de baixa renda, permitindo o planejamento e a execução eficiente das políticas públicas, bem como o monitoramento e a inclusão das famílias nos programas e benefícios sociais disponíveis.

Em outubro de 2024, Tanguá tinha 8.460 famílias no CadÚnico (aproximadamente 18.220 mil pessoas), o que representa 58,6% do total de habitantes. De acordo com os registros, o total de pessoas cadastradas em famílias de baixa renda é de 3.238, representando 18% da população cadastrada, já as pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza são 11.447 pessoas, totalizando 63% da população cadastrada.

Um dos maiores apoios na prevenção de situações de risco social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, promoção de direitos e acesso a benefícios é o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

O município possui atualmente a seguinte relação de CRAS:

NOME DO CRAS	BAIRRO	ABRANGÊNCIA
Cras Vila Cortes	Ampliação	Ampliação, Vila Cortes, Minérios
Cras Posse dos Coutinhos	Posse dos Coutinhos	Lagoa Verde, Ipitangas, Mamona, Posse, Tomascar, Riachão, Muriqui e Mutuapira
Cras Bandeirantes	Bandeirantes	Bandeirantes 1, Bandeirantes 2 e Chácaras Pinhão
Cras Centro	Centro	Cancela Preta
Cras Duques	Duques	Cancela Preta, BR 101 e Ipitangas

Em relação ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o município conta com 1 unidade, localizada no bairro de Ampliação. Possui também 01 Convivência do Idoso, 1 Centro de Convivência da Criança e do Adolescente, 01 unidade do CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher; 1 NAC - Núcleo de Atendimento ao Cidadão e 01 Centro de Cidadania LGBTI Metropolitana III.

4. OFICINAS COMUNITÁRIAS

As oficinas comunitárias têm como objetivo principal capacitar e mobilizar comunidades vulneráveis para prevenção, resposta e recuperação frente a desastres causados por chuvas intensas, como enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra.

Para que as oficinas comunitárias no PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos) sejam eficazes nas áreas de muito alto risco, é fundamental que as ações tenham um caráter participativo, educativo e prático, com foco na assistência social e na gestão de risco.

4.1 Público-alvo:

Moradores de áreas de risco identificadas no mapeamento feito no PMRR.

4.2 Material informativo/comunicação:

Em todas as oficinas foram abordados os principais pontos de comunicação com a população sobre o PMRR. Na elaboração das apresentações, foi preparado um material com conteúdos, abordando uma linguagem simples, objetiva e acessível.

Informativos impressos foram distribuídos para todos os participantes, focando nos principais pontos sobre o plano:

- ☐ Entendimento do PMRR: o que é, por que foi feito, como impacta a comunidade;
- ☐ Comunicação e identificação das áreas de muito alto risco com mapas e relatos locais;
- ☐ Participação no monitoramento do risco: como a população pode colaborar e cobrar ações.
- ☐ Abordagem sobre os principais pontos e estratégias de prevenção em casos de chuvas e alagamentos;
- ☐ Construção, de forma participativa, para um plano comunitário de emergência, coletando informações da comunidade local;
- ☐ Instruções de ações nas situações de emergências: como agir antes, durante e depois;
- ☐ Sensibilização dos moradores sobre os riscos das chuvas intensas;
- ☐ Fortalecimento e importância do trabalho da Defesa Civil no município dentro das comunidades e apresentação dos canais oficiais de comunicação em caso de emergência;

4.3 Apresentação

Foram realizadas 04 oficinas comunitárias nos CRAS identificados com famílias em situação de alta vulnerabilidade social e residentes em locais com riscos à desastres naturais.

OFICINA 01 - CRAS AMPLIAÇÃO

Data: 17/07/2025. 14:00h

Número de assistidos presentes: 17

Observações Importantes: Os assistidos foram os primeiros a terem contato com a apresentação do PMRR. Alguns deles pontuaram os problemas que as famílias dos bairros Ampliação e Bandeirantes I vivenciam como: lixos espalhados em locais inapropriados, entupimento dos bueiros e ruas alagadas em situações de chuvas fortes, tendo suas residências afetadas pela água;

OFICINA 02 - CRAS CENTRO

Data: 29/07/2025. 14:00h

Número de assistidos presentes: 18

Observações Importantes: Os assistidos participaram da oficina, enfatizando os problemas vivenciados pelas famílias residentes no Condomínio Vale das Hortências, no bairro do Pinhão. Barreiras expostas na parte de trás das residências, situações precárias, lixos espalhados, ocasionando riscos de entupimento dos bueiros em situações de chuvas fortes.

OFICINA 03 - CRAS POSSE DOS COUTINHOS

Data: 30/07/2025. 14:00h

Número de assistidos presentes: 31

Observações Importantes: Tivemos também a participação dos assistidos e dos representantes sociais do local, destacando o alagamento que ocorre na rua principal do bairro, localizada no rodo da Posse em situações de chuvas fortes.

OFICINA 04 - CRAS BANDEIRANTES

Data: 31/07/2025. 14:00h

Número de assistidos presentes: 12

Observações Importantes: Tivemos como destaque, a situação de 1 assistida presente, idosa, única moradora da residência em área considerada de alto risco de alagamento. Na forte chuva ocorrida no município em 25/07/2025, ela teve 80% de sua residência alagada pela força da água, perdendo seus móveis, pertences pessoais e medicamentos, devido às condições precárias de sua moradia, sendo próxima a valões de esgoto a céu aberto. A Assistente Social responsável pelas visitas da área fez todo o relatório do caso e designou à Secretaria Municipal de Assistência Social.

5. DADOS DEMOGRÁFICOS E ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

Os bairros identificados no levantamento do PMRR, com graus de classificações foram:

Ampliação	População do bairro: 4.225 moradores. Apresenta indicadores de vulnerabilidade social significativos, com uma grande quantidade de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Atualmente atende 3.500 famílias no CRAS. Com registros no CadÚnico, possui 1.182 famílias (2.519 pessoas). O bairro foi considerado com Alto índice de inundação, contendo 68 residências classificadas com risco muito alto.
Bandeirantes	População do bairro: 6.164 moradores. Considerado o bairro com mais alto grau de vulnerabilidade social. Atualmente atende 3.500 famílias no CRAS, Com registros no CadÚnico, possui 1.993 famílias (4.323 pessoas) estando em 1º lugar no contexto geral de atendimentos. O bairro foi considerado com alto índice de inundação, com 262 residências.
Centro	População do bairro: 3.655 moradores. Considerado um bairro com médio grau de vulnerabilidade social. Atualmente atende 3.500 famílias no CRAS, Com registros no CadÚnico, possui 959 famílias (2.008 pessoas). No levantamento feito, o bairro possui 11 residências com alto risco de inundação.
Duques	População do bairro: 2.477 moradores. Considerado um bairro com alto grau de vulnerabilidade social. Atualmente atende 3.500 famílias no CRAS, Com registros no CadÚnico, possui 665 famílias (1.462 pessoas) estando em 3º lugar no contexto geral de atendimentos. Duques possui 159 residências com alto risco de inundação.
Ipitangas	O bairro está dentro do núcleo urbano de Posse dos Coutinhos. É considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Possui uma média de 200 famílias com registros no CadÚnico, (aproximadamente 500 pessoas). No levantamento das áreas, foram apontadas 06 residências com alto risco de inundação.
Mangueiras	População do bairro: 600 moradores. Considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Atualmente possui 01 família (02 pessoas) cadastrada no CadÚnico. No levantamento feito, o bairro possui 02 residências com alto risco de inundação.
Mangueirinha	População do bairro: 482 moradores. Considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Atualmente possui 120 famílias (247 pessoas) cadastradas no CadÚnico. No levantamento feito, o bairro não apresentou residências com alto risco de inundação.

Minérios	População do bairro: 183 moradores. Considerado um bairro com médio grau de vulnerabilidade social. Atualmente possui 39 famílias (92 pessoas) cadastrada no CadÚnico. No levantamento feito, o bairro possui 18 residências com alto risco de inundação.
Pinhão	População do bairro: 5.331 moradores. Considerado um bairro com alto grau de vulnerabilidade social, apresenta indicadores com uma grande quantidade de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Atualmente possui 1.350 famílias (2.913 pessoas) cadastrada no CadÚnico, estando em 2° lugar no contexto geral de atendimentos. No levantamento feito, o bairro possui 293 residências com alto risco de inundação.
Posse dos Coutinhos	População do bairro: 507 moradores. Considerado um bairro com médio grau de vulnerabilidade social. Atualmente atende 300 famílias no CRAS, Com registros no CadÚnico, possui 366 famílias (2.008 pessoas). No levantamento feito, o bairro possui 11 residências com alto risco de inundação.
Tomascar	O bairro está dentro do núcleo urbano de Posse dos Coutinhos. É considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Possui uma média de 200 famílias com registros no CadÚnico, (aproximadamente 500 pessoas). No levantamento feito, o bairro possui 09 residências com alto risco de inundação
Vila Cortes	População do bairro: 4.753 moradores. Apresenta indicadores de vulnerabilidade social significativos, com uma grande quantidade de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Com registros no CadÚnico, possui 1.343 famílias (2.727 pessoas). O bairro foi considerado com alto índice de inundação, contendo 20 residências classificadas com risco muito alto.
Setor 1 – Mutuapira	O bairro está dentro do núcleo urbano de Posse dos Coutinhos. É considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Possui uma média de 100 famílias com registros no CadÚnico, (aproximadamente 250 pessoas). No levantamento feito, 02 ruas foram identificadas com alto risco de inundação.
Setor 2 – Lagoa Verde	O bairro está dentro do núcleo urbano de Posse dos Coutinhos. É considerado um bairro com baixo grau de vulnerabilidade social. Possui uma média de 100 famílias com registros no CadÚnico, (aproximadamente 250 pessoas). No levantamento feito, 02 ruas foram identificadas com alto risco de inundação.

Fontes: CadÚnico / Diagnóstico Socioeconômico Tanguá/2024.

5.1. Análise de Risco por bairro

A análise obtida no diagnóstico do risco, priorizou as residências alocadas em Muito Alto Risco para Inundação/Alagamento. Deste estudo, foi elaborada a seguinte planilha de endereços:

BAIRRO	ENDEREÇO	QUADRA	DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
Ampliação	Rua 17	Qd 37	Alagamento
Ampliação	Rua Walter da Silva Branco	Qd 37	Alagamento
Ampliação	Rua 16	Qd 36	Alagamento
Ampliação	Rua Sirlei dos Santos Moura	Qd 35	Inundação
Bandeirantes	Av. Dep. Álvaro Valle		
Bandeirantes	Rua A	Qd 1	Alagamento
Bandeirantes	Rua B	Qd 1	Alagamento
Bandeirantes	Rua 27	Qd 2, Qd 3	Inundação
Bandeirantes	Rua 69	Qd 69, Qd 66	Inundação
Bandeirantes	Rua 31	Qd 2, Qd 3	Inundação
Bandeirantes	Rua 29	Qd 24	Inundação
Bandeirantes	Rua 35 e Rua 34	Qd 11, Qd 41	Inundação
Bandeirantes	Rua 54	Qd 43	Alagamento
Bandeirantes	Rua 55	Qd 44	Alagamento
Bandeirantes	Rua 56	Qd 45	Alagamento
Bandeirantes	Rua 60	Qd 49	Alagamento
Bandeirantes	Rua 76	Qd 72, Qd 73 e Qd 74	Inundação
Bandeirantes	Rua 76 com a Rua 69	Qd 69, Qd 66 e Qd 60	Alagamento

BAIRRO	ENDEREÇO	QUADRA	DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
Centro	Rua Gilberto Fernandes da Silva com a rua Manoel de Macedo	Qd 02	Inundação
Duques	Av. dos Eucaliptos (casas à margem do rio Duques)	Qd 37, Qd 36	Inundação
Duques	Rua das Azaleias	Qd 05, Qd 37, Qd 34	Alagamento
Duques	Rua das Amendoeiras	Qd 36, Qd 37, Qd 34	Alagamento
Duques	Rua Flor de Maio	Qd 31, Qd 32, Qd 33 e Qd 34	Alagamento
Duques	Rua Sempre Viva	Qd 04, Qd 05	Alagamento
Duques	Rua Jasmin	Qd 31, Qd 32, Qd 33 e Qd 34	Inundação
Duques	Rua das Palmeiras	Qd 32	Inundação
Duques	Rua das Rosas	Qd 26, Qd 25	Inundação
Duques	Ruas das Cravinas	Qd 25 e Qd 24	Inundação
Duques	Rua das Acácias	Qd 23 e Qd 15	Inundação
Duques	Rua das Tulipas	Qd 16, Qd 17, Qd 21, Qd 22	Inundação
Duques	Rua Flor de Lis	Qd 74, Qd 19	Inundação

BAIRRO	ENDEREÇO	QUADRA	DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
Ipitangas	Estrada de Ipitangas	Coordenadas	Inundação
Ipitangas	Estrada Júlio Pereira dos Santos	Coordenadas	Inundação
Mangueirinha	Estrada Raimundo Venceslau da Silva	Qd 27	Inundação
Mangueirinha	Sem casos de inundação/sem residências na área de risco		
Minério	Rua do Encamento	Qd 32	Inundação
Minério	Estrada Municipal com a Av. do Contorno	Qd E	Inundação
Pinhão	Rua Pinto Soares com a Rua Joaquim Maia	Qd D, Qd C	Inundação
Pinhão	Rua Firmino Francisco Leite com a Rua Tiago Monteiro	Qd B, Qd C	Alagamento
Pinhão	Rua Joaquim Maia	Qd A	Alagamento
Pinhão	Rua Pinto Soares	Qd 14	Alagamento
Pinhão	Rua Isabel Fonseca Basílio	Qd 14	Inundação
Pinhão	Rua Jobel José Cardoso	Qd 01	Inundação
Pinhão	Rua Lucrécia Bugalho	Qd 02	Alagamento
Pinhão	Rua Silva Souza dos Santos	Qd 14	Alagamento
Pinhão	Rua João Caetano	Qd 14	Inundação
Pinhão	Rua Isabel Fonseca Basílio com a Rua Erminia Nunes Simões	Qd 14	Alagamento

BAIRRO	ENDEREÇO	QUADRA	DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
Posse dos Coutinhos	Estrada de Tomascar	Coordenadas	Inundação
Tomascar	Estrada de Tomascar - próximo à cachoeira de Tomascar	Coordenadas	Inundação
Vila Cortes	Rua José Carlos Pereira	Qd 31	Inundação
Vila Cortes	Rua Padre Thomas Pieters com a Rua José Carlos Pereira	Qd 31	Inundação
Setor 1 - Mutuapira	Estrada do Pico (Região de Mutuapira)	Coordenadas	Inundação
Setor 1 - Mutuapira	Rua José Caldeira de Oliveira	Coordenadas	Inundação
Setor 2 - Lagoa Verde	Estrada Martinho Moreira Soares - Região de Lagoa Verde	Coordenadas	Inundação
Setor 2 - Lagoa Verde	Roberto Pereira dos Santos - próximo ao núcleo urbano da Posse	Coordenadas	Inundação

Do ponto de vista social, trata-se de famílias em situação de vulnerabilidade, em alguns casos, com pouca ou nenhuma rede de apoio, o que agrava os efeitos das condições ambientais adversas

5.2. Dados do CadÚnico por Bairro

Para subsidiar o diagnóstico social, foram utilizados os dados do Cadastro Único, devidamente organizados por bairro, permitindo uma análise detalhada da distribuição da população em situação de vulnerabilidade.

As informações levantadas contemplaram o total de pessoas, bem como os grupos populacionais mais sensíveis, incluindo crianças de 0 a 12 anos e idosos com mais de 60 anos. Além disso, foram considerados indicadores de inclusão social, como a presença de pessoas com deficiência (PCD) e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O levantamento também incorporou dados sobre tipo de domicílio, forma de coleta e destinação do lixo e saneamento básico, especialmente o acesso a esgoto sanitário, permitindo identificar de forma precisa os pontos de maior vulnerabilidade social e estrutural no município.

A seguir, traremos a exposição dos dados.

Pessoas

BAIRRO FINAL	Total de Pessoas	PCD	PBF
Ampliação	18	0	16
Área Rural	1	0	0
Bandeirantes	591	33	371
Centro	5	0	1
Duques	62	7	49
Mangueiras	0	0	0
Mangueirinha	0	0	0
Minério	13	1	13
Pinhão	233	16	113
Posse dos Coutinhos	0	0	0
Sem Bairro	0	0	0
Vila Cortes	21	1	15
Total Geral	**944**	**58**	**578**

Tipo de Domicílio

BAIRRO FINAL	Particular Permanente	Particular Improvisado	Coletivo
Ampliação	18	0	0
Área Rural	1	0	0
Bandeirantes	565	8	18
Centro	5	0	0
Duques	60	2	0
Mangueiras	0	0	0
Mangueirinha	0	0	0
Minério	13	0	0
Pinhão	233	0	0
Posse dos Coutinhos	0	0	0
Sem Bairro	0	0	0
Vila Cortes	21	0	0
Total Geral	**916**	**10**	**18**

Formas de coleta de lixo

BAIRRO FINAL	Coletado diariamente
Ampliação	18
Área Rural	1
Bandeirantes	565
Centro	5
Duques	60
Mangueiras	0
Mangueirinha	0
Minério	13
Pinhão	233
Posse dos Coutinhos	0
Sem Bairro	0
Vila Cortes	21
Total Geral	**916**

Crianças de (0 - 12 anos)

BAIRRO FINAL	Quantidade de crianças
Ampliação	4
Área Rural	0
Bandeirantes	139
Centro	1
Duques	19
Mangueiras	0
Mangueirinha	0
Minério	5
Pinhão	47
Posse dos Coutinhos	0
Sem Bairro	0
Vila Cortes	4
Total Geral	**219**

Idosos (+60)

BAIRRO FINAL	Quantidade de idosos
Ampliação	1
Área Rural	0
Bandeirantes	63
Centro	1
Duques	4
Mangueiras	0
Mangueirinha	0
Minério	0
Pinhão	48
Posse dos Coutinhos	0
Sem Bairro	0
Vila Cortes	6
Total Geral	**123**

Fonte: CadÚnico (junho/2025)

6. PRIORIZAÇÃO PARA AÇÃO EMERGENCIAL

A Priorização para Ação Emergencial dentro do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) é uma etapa essencial para garantir respostas rápidas, coordenadas e eficazes diante de situações de emergência ou ocorrência de desastres (como deslizamentos, enchentes, etc.), para que os recursos humanos, técnicos e materiais sejam mobilizados de forma eficiente, atendendo primeiro as populações e áreas mais vulneráveis.

Essa etapa busca assegurar que esses recursos disponíveis no município sejam mobilizados de maneira estratégica, priorizando o atendimento às populações mais expostas e vulneráveis, bem como às áreas geográficas classificadas como de muito alto risco, conforme o mapeamento técnico de risco e vulnerabilidade social estabelecido no próprio PMRR.

A Assistência Social, ao lado da Defesa Civil e demais setores, têm papel essencial não apenas na resposta ao desastre, mas também na construção de comunidades mais seguras, resilientes e socialmente protegidas.

A priorização das ações emergenciais se baseia em critérios objetivos e intersetoriais, incorporando os princípios da equidade, da proteção social e da integralidade, especialmente no que se refere à atuação da Política de Assistência Social, que desempenha papel central na garantia de direitos, no acolhimento e no cuidado com as populações impactadas.

6.1 Principais pontos da priorização do PMRR

- [ ] Estabelecimento dos critérios técnicos para definição da ordem de priorização nas estratégias de mitigação do risco;
- [ ] Identificação, com base territorial e social, das áreas e grupos populacionais com maior grau de vulnerabilidade;
- [ ] Garantia da atuação integrada entre órgãos municipais, especialmente a Defesa Civil, a Assistência Social, a Saúde e a Infraestrutura;
- [ ] Promoção a proteção de populações em risco com ações preventivas, de socorro, assistência e reconstrução;
- [ ] Redução de perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais causadas por desastres.

6.2 Priorização de ações de mitigação sob a perspectiva da Assistência Social

No que se refere à análise sob o aspecto social, foram considerados os dados obtidos através da base de dados do Cadastro Único, sobre a qual a equipe teve acesso.

Com base no diagnóstico de risco e a partir da análise da base de dados do CadÚnico, foi possível delinear o perfil populacional das unidades habitacionais classificadas como de muito alto risco.

O CadÚnico, por sua natureza autodeclaratória e periodicidade de atualização bienal, constitui instrumento de referência valioso para a caracterização socioeconômica, mas não pode ser considerado plenamente fidedigno como fonte única para validação de localização e conformidade cadastral.

Com essas ressalvas, a análise foi orientada à definição de critérios de priorização da ação socioassistencial em situações de emergência, de forma a identificar famílias e grupos que demandam maior atenção e resposta prioritária por parte do poder público. Para tanto, foi adotada a seguinte escala de pontuação:

Quadro de Pontos – Escala de Priorização Socioassistencial (0 a 5)

Pontuação	Grau	Descrição
0	Nulo	Sem vulnerabilidade identificada para priorização imediata
2	Moderado	Situação de vulnerabilidade relevante
4	Alto	Alta exposição social que demanda pronta resposta
5	Muito alto	Situação crítica que exige intervenção imediata

A partir da escala de priorização estabelecida, foi elaborada a seguinte matriz de peso:

MATRIZ DE PESO			
PCD	PBF	Quantidade de crianças	Quantidade de idosos
5	2	4	5

Partido da matriz peso, passamos a analisar os dados por bairro quanto ao seu contingente populacional, levantando quantitativamente a população existente com os seguintes parâmetros:

Bairro	Total de Pessoas	Pessoa com Deficiência	Programa Bolsa Família	Qtde de crianças	Qtde de idosos
Bandeirantes	591	165	742	556	315
Pinhão	233	80	226	188	240
Duques	62	35	98	76	20
Vila Cortes	21	5	30	16	30
Ampliação	18	0	32	16	5
Minério	13	5	26	20	0
Centro	5	0	2	4	5
Área Rural	1	0	0	0	0
Mangueiras	0	0	0	0	0
Mangueirinha	0	0	0	0	0
Posse dos Coutinhos	0	0	0	0	0
Total Geral	944	290	1156	876	615

Fonte de dados: CadÚnico (junho/2025).

Aplicando a matriz de peso na tabela dos dados quantitativos foi obtido um total de pontos para cada bairro. Estabelecendo o rankeamento do total de pontos, obtivemos a priorização, do ponto de vista socioassistencial, que iremos então adotar.

Bairro	Total de Pontos
Bandeirantes	1778
Pinhão	734
Duques	229
Vila Cortes	81
Ampliação	53
Minério	51
Centro	11
Área Rural	0
Mangueiras	0
Mangueirinha	0
Posse dos Coutinhos	0
Total Geral	2937

É crucial mencionar, entretanto, uma limitação significativa nos dados analisados: embora a população total do município seja substancialmente maior, muitos indivíduos em situação de muito alto risco apresentam endereço incompleto ou não registrado no CadÚnico.

Esta lacuna evidencia a necessidade de desenvolver mecanismos adicionais de cadastramento, que permitam identificar e incluir essas pessoas no planejamento e execução de políticas públicas. A implementação de uma estratégia para registrar adequadamente essas famílias é, portanto, imprescindível para garantir a efetividade do presente plano.

6.3 Priorização para Ação Emergencial

A priorização para Ação Emergencial no âmbito do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) constitui etapa estratégica para assegurar respostas rápidas, coordenadas e eficazes diante de situações de emergência ou ocorrência de desastres, tais como deslizamentos, enchentes e inundações. Seu objetivo é garantir que os recursos disponíveis sejam mobilizados de forma equânime e eficiente, priorizando o atendimento às populações em maior condição de vulnerabilidade social e às áreas geográficas classificadas como de muito alto risco, conforme o mapeamento técnico e social estabelecido pelo PMRR.

A Assistência Social, em articulação com a Defesa Civil e os demais setores municipais, desempenha papel central não apenas na resposta imediata, mas também na reconstrução e proteção social das comunidades, fortalecendo a resiliência local e assegurando os direitos socioassistenciais.

A priorização das ações emergenciais fundamenta-se em critérios objetivos e intersetoriais, orientados pelos princípios da equidade, da integralidade e da proteção social, considerando:

- Identificação territorial e social das áreas afetadas e dos grupos populacionais em maior vulnerabilidade;
- Definição de critérios técnicos de atendimento, estabelecendo a ordem de prioridade para o socorro e a assistência;
- Integração das políticas públicas municipais, envolvendo Defesa Civil, Assistência Social, Saúde, Educação e Infraestrutura;
- Proteção imediata da população em risco, por meio de ações de acolhimento, socorro e mitigação dos impactos;
- Redução de perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos desastres.

6.4. Etapas da Ação Emergencial

6.4.1 Resposta Imediata

Corresponde à fase mais crítica do PMRR, marcada pela execução de medidas emergenciais logo após a ocorrência do desastre. As ações devem ser ágeis, coordenadas e efetivas, visando salvar vidas, preservar bens, garantir a segurança das famílias e reduzir os danos imediatos. Incluem-se nesta etapa:

- Acolhimento em abrigos temporários adequados, com fornecimento de alimentação, itens de higiene e garantia de privacidade;
- Distribuição de benefícios eventuais (cestas básicas, colchões, kits de higiene e limpeza);
- Atendimento psicossocial emergencial, em articulação com os serviços da rede socioassistencial, especialmente o CREAS;
- Garantia de acesso e continuidade a programas sociais, como Bolsa Família e BPC, mesmo em situação de calamidade.

6.4.2. Pós-Emergência e Reconstrução

Fase dedicada à restauração das condições de vida e fortalecimento dos vínculos comunitários, contemplando:

- Acompanhamento psicossocial individual, familiar e comunitário das populações afetadas;
- Encaminhamento a programas habitacionais e medidas de reparação social;
- Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com apoio da rede socioassistencial;
- Avaliação de danos sociais e proposição de medidas compensatórias e de reconstrução sustentável.

6.4.3. Atores Envolvidos na Ação Emergencial

A efetividade da resposta emergencial depende da articulação intersetorial e da governança compartilhada, envolvendo:

- Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;

- [ ] Secretaria Municipal de Educação;
- [ ] Secretaria de Obras;
- [ ] Secretaria de Meio Ambiente;
- [ ] Conselhos Municipais (assistência social, cmdca, idoso, pcd etc);
- [ ] Organizações da sociedade civil e entidades parceiras.

6.4.4. Critérios de Priorização da Ação Socioassistencial em Situações de Emergência:

Critério de Priorização	Descrição	Justificativa Socioassistencial
Famílias com crianças de 0 a 6 anos	Núcleos familiares com presença de crianças em primeira infância	Garantia da proteção integral e do direito à sobrevivência e ao desenvolvimento infantil
Idosos (60+) em situação de dependência	Pessoas idosas que necessitam de cuidados ou acompanhamento constante	Vulnerabilidade elevada e maior risco em situações de desastre
Pessoas com deficiência (PCD)	Indivíduos com deficiência física, intelectual ou sensorial	Necessidade de suporte especializado para mobilidade, saúde e inclusão
Beneficiários de Programas Sociais (PBF, BPC, etc.)	Famílias cadastradas no CadÚnico em situação de pobreza e extrema pobreza	Indicam condições prévias de vulnerabilidade socioeconômica
Moradores em áreas de muito alto risco (PMRR)	Famílias em locais georreferenciados como críticos (enchentes, deslizamentos, etc.)	Situação de perigo iminente à vida e ao patrimônio

7. CONCLUSÃO

A implementação do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) representa um marco fundamental na construção de uma política pública preventiva e participativa frente aos desastres socioambientais no município de Tanguá.

Ao longo de sua elaboração, o PMRR promoveu o mapeamento atualizado de áreas de risco ambiental, a mobilização e capacitação de comunidades vulneráveis, além de ações estruturais e educativas integradas, que reforçaram a articulação entre os diversos setores do poder público e a sociedade civil e apoiam a gestão pública municipal em sua capacidade institucional de lidar com eventos extremos.

A experiência evidenciou que é fundamental a intersetorialidade na execução do PMRR, em especial a articulação permanente e estruturada da Defesa Civil com a Secretaria Municipal de Assistência Social, visando fortalecer institucionalmente as ações de prevenção e resposta a desastres. Esta articulação pode incluir, mas não necessariamente se limitar, à realização de reuniões periódicas para o alinhamento de estratégias, a atualização dos dados sobre os riscos e a coordenação conjunta das ações preventivas e emergenciais.

É fundamental, ainda, que sob o aspecto social e voltadas à população, esta parceria se estenda aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e as lideranças locais das comunidades - principalmente situadas em áreas de muito alto risco - promovendo oficinas regulares, com caráter educativo e participativo. Essas oficinas devem ocorrer com frequência mínima a serem definidas e planejadas de acordo com o calendário climático do município, especialmente em períodos críticos como o da estação chuvosa, diante do cenário de alagamentos e inundações como sendo os riscos com maior índice de ocorrência no município.

Além disso, recomenda-se a valorização e capacitação destas lideranças para que atuem como agentes multiplicadores das informações e corresponsáveis pela mobilização comunitária. O fortalecimento do Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC é um instrumento fundamental e estratégico para ampliar a capacidade de resposta e prevenção.

Outro aspecto essencial é o monitoramento integrado e contínuo das famílias residentes em áreas de muito alto risco, que deve ser realizado por meio de protocolos conjuntos entre a Defesa Civil e a Assistência Social, culminando com a necessidade urgente de desenvolver cadastros adicionais, que permitam identificar, e acompanhar essas pessoas no planejamento e execução das políticas públicas.

O monitoramento deve contemplar a atualização constante do número de pessoas em situação de risco, incluindo o levantamento das vulnerabilidades específicas como idosos, gestantes e pessoas com deficiência, além da identificação de situações que demandem ação imediata, como ameaças iminentes de deslizamentos ou inundações. Para tanto, o CRAS deve ser fortalecido como ponto focal para o acompanhamento social dessas famílias e para o suporte nas ações de prevenção e resposta.

É imprescindível também a continuidade na distribuição de materiais educativos, utilizando linguagem acessível e adequada ao público local, incluindo folhetos, cartilhas, vídeos e comunicação nos centros de referências e redes sociais. O uso de tecnologias simples e canais de comunicação locais, como o whatsapp, que é hoje o canal oficial de comunicação com a Defesa Civil, deve ser valorizado para garantir o acesso e a disseminação rápida das informações, sobretudo em situações de emergência.

Após a entrega do PMRR, permanecerão os desafios importantes, como a continuidade de investimentos em obras preventivas, a manutenção de equipes técnicas especializadas, e a necessidade de garantir a atualização periódica do plano, com base em dados atualizados, mudanças climáticas e expansão urbana.

Recomenda-se, portanto, a institucionalização do PMRR como política pública estruturante, vinculada aos instrumentos de planejamento urbano e de gestão de riscos, com dotação orçamentária específica e participação social garantida.

Desta forma, o PMRR consolida-se como uma ferramenta essencial para promover e aumentar a capacidade institucional do município em lidar com as emergências climáticas presentes e futuras, com o objetivo primordial de proteger vidas, reduzir perdas e consolidar o município como um território mais seguro para seus munícipes. Sua efetiva implementação e continuidade depende, entretanto, do compromisso político, da gestão intersetorial e do envolvimento ativo das comunidades.